

## Reificação e sociabilidade capitalista: um debate necessário

### Reification and capitalist sociality: a necessary debate

Adrianyce A. Silva de Sousa\*

**Resumo:** Esse artigo tem como objetivo realizar um debate acerca da categoria de reificação e seus desdobramentos presentes na elaboração teórica de três autores contemporâneos e de grande importância no campo das Ciências Sociais: Lucien Goldmann, Herbert Marcuse e Fredric Jameson. A importância das análises desses autores deve-se tanto a interlocução e/ou incorporação da teoria da reificação elaborada pelo pensamento marxista, assim como a preocupação que estes mesmos teóricos têm de contribuir para a análise concreta das derivações do fenômeno da reificação. Dessa forma, nossa análise problematizou a categoria de reificação, cotejando-a com o exame de fenômenos concretos a partir do contexto social em que estes autores estão inseridos.

**Palavras-chave:** Reificação. Sociabilidade. Transformações capitalistas.

**Abstract:** This paper aims to conduct a debate on the theoretical developments of the category of reification as understood by three great contemporary authors in the Social Sciences field: Lucien Goldmann, Herbert Marcuse and Fredric Jameson. The importance of the analysis of these authors is due to both interchange and/or incorporation of the theory of reification developed by the Marxists, and the desire of these intellectuals to contribute to the concrete analysis of the derivations of the reification phenomenon. Thus, our analysis sought to examine the category of reification, comparing it to the examination of concrete phenomena encountered in the social environment in which the above-referred authors are inserted.

**Keywords:** Reification. Sociability. Capitalist changes.

Recebido em: 13/04/2011. Aceito em: 20/11/2012.

---

\* Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (NUTSS). Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: adrianyce@gmail.com; unb.nutss@gmail.com

## Introdução

O tempo presente é tempo de uma síndrome “pós” que se intensifica a cada dia: “Pós-iluminismos”, “pós-estruturalismo”, “pós-industrialismo”. A primeira e superficial impressão que temos é a de que há uma ruptura com a moderna sociedade burguesa. Há no senso comum, nas artes, na literatura, nas elaborações teóricas, e nas análises sobre os processos de produção e reprodução social, um suposto entendimento de que a modernidade já não fosse tão moderna assim. Existe hoje, uma inquieta consciência que acredita que a economia e a sociedade são regidas por novos imperativos, por uma tecnologia computadorizada que invade nosso cotidiano e substituem o livro por várias formas de virtualidades, entre elas, os próprios livros virtuais.

O tom para o qual o debate se encaminha é o de apontar para uma ruptura sociocultural com a modernidade. Nossa percepção aponta para o entendimento de que esta ruptura não aconteceu. Continuamos vivendo ainda sob a lógica revigorada e atualizada do sistema capitalista, que mesmo que venha passando por várias metamorfoses continua, hoje como ontem, baseando-se na propriedade privada e na apropriação privada do excedente. Esta atualização se dá a partir de um amplo processo de reconfiguração do capitalismo mundial balizada na esfera da produção pela chamada reestruturação produtiva e num novo regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. Do ponto de vista político esta atualização sustenta-se no neoliberalismo, cuja essência é o afastamento dos obstáculos à circulação do fluxo de mercadorias e dinheiros, pela via da contrarreforma do Estado. Este é o quadro geral da ofensiva capitalista sob o trabalho, acarretando em diversas perdas políticas e sociais para a classe trabalhadora, contribuindo, dessa forma, para a fragmentação político-organizativa dos trabalhadores (HARVEY, 1992; NETTO; BRAZ, 2006; GENTILI; SADER, 1995; HUSSON, 1999).

O que se observa é que os debates e produções teóricas não têm desenvolvido suficiente este tema (FREDERICO, 1997). Mais do que isso, se verifica a ausência de determinadas categorias analíticas fundamentais para pensarmos o presente, tais como as categorias

de alienação, reificação e fetichismo. Em certa medida, a explicação para esta ausência está ligada primeiramente à redução da vida social à esfera da singularidade e da superficialidade, o que acarreta em um grave obscurecimento dos elementos que mediatizam a aparência e essência dos fenômenos sociais.

Porém, há mais! Tem-se a condição mesma do tempo presente, ou melhor, o peso da ambiência cultural, que se impôs na Europa Ocidental e na América do Norte, no último quartel do século XX e se expandiu para as periferias. Esta ambiência tem marcado o tempo presente com um forte *presentismo*, que tem por fundamento um sentido contrarrevolucionário que corta e reconfigura o caldo cultural humanista que fermentava a sociedade. No dizer de Hobsbawm (1995) trata-se de uma “destruição do passado”, e dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas e comparece nas elaborações teóricas num brutal antiontologismo<sup>1</sup>.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo realizar um debate acerca dos desdobramentos teóricos da categoria de reificação, a partir da elaboração de três autores contemporâneos de trânsito nas ciências sociais e no Serviço Social: Lucien Goldmann, Herbert Marcuse e Fredric Jameson. A escolha desses autores deve-se tanto à sua interlocução e/ou incorporação da teoria da reificação elaborada por Lukács<sup>2</sup>, como também pelo fato de que estes mesmos autores tiveram a preocupação de que suas formulações contribuíssem para a análise concreta das derivações do fenômeno da reificação.

Assim, o objetivo do presente texto é uma problematização do debate teórico em torno - da categoria de reificação. Justamente porque, ela possui tanto um potencial heurístico-interpretativo, como também manifesta de forma

<sup>1</sup> É claro que não desconsideramos a presença deste antiontologismo nas tendências neopositivistas, estruturalistas e pós-estruturalistas, mas estas tendências hoje encontram seu elo de continuidade no pensamento pós-moderno.

<sup>2</sup> Lukács é uma referência neste debate, já que autores como Sartre, Adorno, Mannheim, etc., que polemizaram, com o pensador húngaro, reconhecem que as suas formulações na obra *História e Consciência de Classe* constituem um ponto de inflexão no pensamento moderno europeu a partir do qual é possível analisar a categoria de reificação.

ampla a sua faticidade no plano real. Fazemos isso quando localizamos no pensamento dos três autores anteriormente citados, a partir de uma compreensão sobre o fenômeno da reificação, a forma como elaboraram teorias para explicar o momento do qual foram contemporâneos, e, neste movimento demonstramos a limitação nessas elaborações no tratamento do fenômeno da reificação.

### **Breves considerações acerca da alienação, fetichismo e reificação**

O fenômeno da alienação<sup>3</sup>, enquanto manifestação social pode ser verificado antes da existência da produção mercantil particularmente nas sociedades em que se verifica a apropriação privada do excedente econômico.

Um exemplo claro disso pode ser encontrado na existência social do camponês europeu da Idade Média. Neste período a experiência individual, o ritmo de vida a mobilidade espacial não permitiam a constituição de fronteiras claras entre a esfera social e a esfera natural.

Esses processos de produção e reprodução social evidenciam que a alienação presente na dinâmica social anterior ao capitalismo engendrava representações que a sociedade feudal elaborava na sua relação com a natureza. Mais ainda, explícita que o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas acarretava uma sacralização do mundo extra-humano e um consequente misticismo que envolvia o metabolismo sociedade/natureza.

O advento da moderna sociedade burguesa, responsável pelo processo de individualização do sujeito e pelo maior nível da sua mobilidade - por meio do desenvolvimento, implementação e expansão tecnológica no/do processo de produção e da sua planetarização por meio do mercado mundial<sup>4</sup> - contribuirá

efetiva e crescentemente para a desantropomorfização da realidade.

Contudo, este sentido desantropomorfizador que desloca a centralidade da explicação teleológica do mundo é inteiramente progressista e nasce com o capitalismo em ascendência passando a ser negado pelo próprio sistema capitalista entre 1830-1848. Neste período, assinala-se o acirramento das contradições do mundo burguês, pois é o próprio desenvolvimento do capitalismo e a consolidação da dominação burguesa que engendrarão as forças organizativas do movimento operário, emergentes neste momento de crise.

Neste processo, a sociedade burguesa alicerça uma forma própria de alienação, diferente de suas formas arcaicas, assumindo mecanismos concretos e particulares que não possibilita equalizá-los a períodos históricos anteriores. Mais precisamente opera “abrigando e recolhendo as antigas formas de alienação, (num primeiro momento instrumentalizando-as) para repô-las em outro nível – justamente o engendrado pelo fetichismo” (NETTO, 1981, p. 71) e que redundam em formas alienadas específicas às reificadas.

Em outras palavras, significa compreender que ao mesmo tempo em que a constituição, o desenvolvimento e a expansão da sociedade capitalista constituem para o ser social o mais alto grau de desenvolvimento ao qual se alçaram as relações sociais, contraditoriamente os processos alienantes e as representações alienadas presentes nesta ordem possuem uma matriz, uma estrutura, uma funcionalidade e uma significação que se desenvolvem expressando um “caráter estritamente social” (NETTO, 1981, p. 79).

Ao efetuar a crítica da economia política numa perspectiva medularmente ontológica a partir de 1857-1858, Marx formula a mais radical análise acerca desta questão. Na tentativa de capturar a essencialidade dos fenômenos para entender a socialidade burguesa, Marx localiza na mercadoria não apenas a célula econômica da sociedade capitalista, mas também e principalmente a matriz que contem e escamoteia a raiz dos processos alienantes que tem curso na mesma. No dizer de Marx, a mercadoria apreendida em sua imediaticidade não é capaz

<sup>3</sup> A alienação, enquanto conceito abarca uma multiplicidade de fenômenos e processos em épocas histórico-sociais diferentes e tem uma história vasta e complexa de desenvolvimento que vai desde a Bíblia a trabalhos literários, passando por tratados sobre economia, direito e filosofia. Para uma boa panorâmica sobre o tema ver Mészáros (2006) e Schaff (1979).

<sup>4</sup> Marx e Engels são muito claros quanto a isso. Em várias passagens do Manifesto do Partido Comunista referenciam o caráter histórico-revolucionário da burguesia.

de revelar sua lógica interna e imanente, o seu proceder (MARX, 1980).

Cabe destacar, que existe uma ampla polêmica acerca da questão da alienação: uma primeira, que refuta a permanência da teoria da alienação no conjunto da obra de Marx; e uma segunda que insiste na continuidade da teoria da alienação no conjunto da obra e, especialmente, na sua relação com a problemática do fetichismo. Neste campo as nuances também são diferenciadas. Há aqueles que consideram que a teoria da alienação nas obras de Marx de 1844 e em 1857-1858 é a mesma tal como em Schaff (1979); outros que consideram que desde os primeiros escritos aparece uma teoria da reificação, como é o caso de Marcuse (1976), etc. Nesse estudo, salientamos, por um lado, que de um lado, a problemática da alienação perpassa toda a obra de Marx, e, de outro que não se trata de um novo conceito de alienação.

É fato, que no desenvolvimento anterior das sociedades a troca de mercadorias já se encontrava presente. Contudo, é somente na sociedade capitalista que esta troca torna-se capaz de penetrar no conjunto das dimensões sociais, uma vez que se torna a pedra de toque de uma organização social onde toda a estrutura produtiva e reprodutiva está articulada para a sua exclusiva obtenção.

Na ordem burguesa, enquanto modo particular de produção, isto acontece quando a troca assume uma forma expansiva, onde “se produzam as coisas úteis para serem permutadas, considerando-se o valor das coisas já por ocasião de serem produzidas” (TEIXEIRA, 2000, p.82). No entanto, reside aqui uma contradição ineliminável da ordem do capital, qual seja: a criação e a expansão das necessidades humanas só podem realizar-se sob a forma de mercadorias (p. 69).

Assim, a contradição reside, pois, na universalização cada vez maior (operando em larga escala) da produção de valores de uso, que ao mesmo tempo, só se torna passível de ser produzida se atende à necessidade de valorização do valor.

Este processo apresenta-se fortemente marcado por uma *racionalização*, que destrói as propriedades qualitativas, humanas e individuais do trabalhador (LUKÁCS, 2003). Este movimento de racionalização, por sua vez não está presente

apenas no processo de trabalho, que passa por uma intensa fragmentação transformando-se em operações parciais abstratamente racionais; também incide sobre o trabalhador na medida em que rotiniza seu trabalho à execução de funções especializadas e repetidas mecanicamente<sup>5</sup>.

Este princípio efetiva-se numa brutal fragmentação do objeto e do sujeito: do objeto, na medida em que se rompe com a unidade orgânica que articula o produto como objeto do processo de trabalho. Do ponto de vista do sujeito, a fragmentação do objeto leva necessariamente à sua fragmentação. O homem deixa de ser o sujeito do processo de trabalho na medida em que está sob o domínio de leis abstratas e calculadas previamente, os quais apenas incorporam o homem ao seu sistema mecânico.

Dessa forma, a consciência reificada, é aquela que transforma as formas do capital nos verdadeiros representantes da vida social, de modo que a consciência, submetida às condições da divisão social do trabalho acaba perdendo “toda a imagem da totalidade” (LUKÁCS, 2003, p. 228).

Por isso, quando Marx procura entender de onde provém o caráter misterioso que o produto do trabalho humano apresenta ao assumir a forma mercadoria formula em sua resposta o problema do fetichismo. Ou seja, é da própria forma da mercadoria que decorre este mistério. Os produtos parecem ter valores próprios e por si só, ou seja, é *fetichizada* a forma que confere valor ao produto do trabalho.

Em outras palavras, por fetichismo da mercadoria deve-se entender não apenas a ilusão de que as mercadorias parecem deter propriedades inatas no sentido de estabelecer relações de produção entre os homens, mas também, o fato de que essa ilusão nasce das relações sociais estabelecidas entre os sujeitos e da forma de organização da produção social. Deste modo entendemos que o mecanismo do fetichismo pertencente ao universo da produção mercantil “responde, pois, por um modo de emergência de aparição, de objetividade imediata do ser social que o inverte: fá-lo aparecer como facticidade – o que é relação social se mostra como relação objectual” (NETTO, 1981, p.41).

<sup>5</sup> Marx explicita detalhadamente este processo no *Capital*, ao analisar a cooperação, manufatura e grande indústria.



Assim, fica evidente que existe uma relação entre fetichismo e alienação na medida em que o fetichismo se manifesta nas formas de vivência e representações alienadas. Isto, por outro lado não significa que fetichismo e alienação se confundam ou se identifiquem. Nos textos escritos por Marx nos anos de 1859 e 1867, o fetichismo é uma forma particular de alienação, ou seja, exprime a forma mais desenvolvida da alienação nas relações sociais sob o capitalismo. Contudo, isto não esgota o fenômeno da alienação que, por ser mais amplo pode ser político, religioso, ideológico, etc. Por outro lado, quando Marx desvenda o enigma do fetichismo, ele apreende a estrutura específica que a alienação adquire na sociedade burguesa constituída, a saber: a reificação<sup>6</sup>.

Neste sentido, a produção capitalista de bens de consumo não menospreza o cotidiano e lhe dá uma atenção devida. O melhor exemplo são as técnicas de publicidade, que por um lado, introduz na vida cotidiana o fabuloso reino das máquinas, dos utensílios domésticos e de bens de consumo em geral. Por outro lado, também são responsáveis por realizarem uma sedução permanente no campo prático, pragmático, mágico e ilusório. A vida cotidiana torna-se o espaço privilegiado para a modelagem do homem positivo, para o qual não apenas o trabalho e o produto dele lhe são estranhos: a sua existência como um todo é direcionada por uma instância alheia. Trata-se, como bem retrata Netto (*ibidem*), de uma *pseudo-objetividade* que repercute na sociedade como uma aparente naturalidade das relações sociais.

### Desdobramentos da Teoria da Reificação

Inicialmente levemos, pois, em conta as potencialidades das formulações dadas por Lukács em 1923 ao fenômeno da reificação. Diferentemente do que alguns críticos afirmam o entendimento lukacsiano nem desconsidera as contradições, nem muito menos torna opaca ou coloca em segundo plano a luta de classes. Ao contrário, a resposta lukacsiana à superação

das antinomias, remete necessariamente à determinação de classe, na medida em que aquela só é possível a partir de uma metodologia que, articulada sob o ponto de vista do proletariado, rompa totalmente com esta positividade opaca, superando-a na dissolução das suas estruturas reificadas. Ao mesmo tempo, o ponto de vista do proletariado apresenta-se indissolúvelmente ligado à práxis, pois, ainda que a visão lukacsiana de práxis presente nesta obra seja empobrecida, isto não retira a centralidade assumida pela mesma na obra do pensador húngaro.

Porém, entendemos que este otimismo presente na formulação de uma possível superação da reificação só pode ser compreendido se levarmos em conta as condições socio-históricas e ideo-políticas em que ela é elaborada, e que colocam esta superação na ordem do dia. Nesse sentido, na medida em que se acentuam as dificuldades históricas, as contradições tornam-se difíceis de serem percebidas pelo analista, o que não quer dizer que elas não existam. Significa, porém, compreender que as contradições não emergem da teoria, mas caberia à teoria apreendê-las.

Tomemos, pois, o exemplo do intelectual romeno Lucien Goldmann. Em 1959, Goldmann publica um de seus textos mais conhecidos no qual retoma a tese lukacsiana acerca do crescente domínio da forma mercadoria e seus desdobramentos na vida material e espiritual da sociedade. Explicita como a mercantilização, penetra todas as esferas da sociedade, ocultando a atividade criadora do homem e produzindo a falsa impressão de que as coisas regem os nossos destinos. A aparente autonomização das coisas (fetichismo) implica necessariamente a reificação, a transformação das relações entre os homens em relações entre possuidores de mercadoria. No início dos anos 60, Goldmann voltou-se para a formulação de uma Sociologia da Literatura que explicasse e compreendesse o fato literário, defronta-se mais uma vez com a questão da reificação a partir de um estudo sobre *o Nouveau Roman*<sup>7</sup>.

Segundo Nathalie Sarraute e Alain Robbe-Grillet, seus dois principais representantes, o

<sup>6</sup> Ou no dizer de Schaff “as duas teorias (fetichismo e reificação) referem-se à mesma coisa, só que a teoria do fetichismo considera esta situação a partir da mercadoria [...] a teoria da reificação [...] a partir das relações inter-humanas” (1979, p. 127).

<sup>7</sup> Uma tendência expressiva na literatura francesa que começou nos anos 50, mas que ganhou uma visibilidade pública na entrada dos anos 60.

*Nouveau Roman* implicaria num esforço rigoroso e radical para apreender a realidade de seu tempo e, que segundo estes autores, era totalmente diferente daquela que seus antecessores do século passado descreveram e expressaram. Nesta perspectiva, a proposta seria a de uma passagem do romance clássico para o *Nouveau Roman* (Frederico, 2006).

O fundamento que caracterizava a existência e necessidade deste *Nouveau Roman* era que, dada à vivência no mundo contemporâneo da coisificação, o romance teria que mudar a forma do seu enunciado. “... os sentimentos humanos [...] exprimem agora as relações em que os objetos possuem uma permanência e uma autonomia que os personagens perdem progressivamente” (ROBBE-GRILLET apud GOLDMANN, 1967, p. 174).

Goldmann explica esse movimento como uma correspondência que se expressa entre momentos da história da economia e da coisificação nas sociedades ocidentais com as formas romanescas. Em outras palavras, o romance, produto do mundo burguês, mantém uma relação de “rigorosa homologia” com as principais fases da estrutura econômica dessa formação social (C.f. Frederico, 2006). Dessa forma, é possível a Goldmann apresentar uma periodização para explicar o surgimento do *Nouveau Roman*.

O primeiro período diz respeito à economia liberal, estendendo-se até inícios do século XX. Neste, se expressa o predomínio do liberalismo e a apologia do individualismo e da livre iniciativa. A literatura, neste quadro, expressa este desconforto na medida em que os personagens se debatem em busca do sentido para a sua existência. Aparece a figura do “herói problemático” que comparece em Stendhal, Flaubert e Goethe. Para Goldmann o romance aparece mais como que uma crônica social, pois revela uma tentativa de realização de valores autênticos num mundo hostil a esses mesmos valores.

O segundo período estaria ligado ao período imperialista (que o autor situa entre 1912 e 1945) e seria marcado pela formação monopólica que suprime a livre concorrência e a iniciativa individual. Neste período há um desaparecimento progressivo do indivíduo como realidade essencial. Na forma romanesca sua manifestação significaria a passagem do “herói problemático” para a dissolução do personagem como aparece

em Kafka, Joyce, Musil, e na *Náusea* de Sartre.

O terceiro período seria o do capitalismo de organização estrutural que diz respeito à pós-segunda guerra mundial. É caracterizado pela intervenção do Estado na economia visando controlar as crises cíclicas do capitalismo. A nova fase inaugura um longo ciclo de estabilidade e expansão econômica, produzindo a impressão de uma ordem autorregulada. O romance descreve este universo autônomo de objetos, e através do qual só se pode exprimir em certa medida a natureza humana.

Em síntese, o movimento operado trata de substituir a figura do herói clássico romanesco, dos diálogos, dos conflitos humanos (ao estilo de Balzac) pelo romance sem personagem enfocado, sobretudo na opacidade das relações humanas como uma reverberação nas estruturas romanescas, das estruturas coisificadas. Fica evidente, que para Goldmann a coisificação se apresenta progressivamente no aumento e desenvolvimento das consciências individuais e na eliminação do elemento qualitativo nas relações entre os homens, de uma parte e entre os homens e a natureza de outra parte (1967, p. 179). Por isso, verifica neste momento o que seria um fechamento da linguagem sobre si mesma e a ruptura com o referente, ausência de historicidade, descentramento do sujeito e morte do homem muito próprio e próximo de uma época hegemônica pelo estruturalismo.

Dessa forma, para Goldmann o *Nouveau Roman* é realista na medida em que retrata através da literatura a realidade reificada em toda a sua extensão. Assim a resposta goldmanniana, presente no debate literário, e, voltada para o entendimento dos fenômenos de seu tempo é uma resposta extremamente pessimista e leva ao entendimento de um suposto triunfo da reificação frente ao “encolhimento da consciência”.

Tenhamos agora no horizonte de nossa discussão a obra *A Ideologia da Sociedade Industrial* de 1964, de Herbert Marcuse<sup>8</sup>, que apresenta sua teoria crítica às novas formas de

<sup>8</sup> Como um intelectual de esquerda, ingressou, em 1933, no Instituto de Pesquisa Social, fundado em 1923, junto à Universidade de Frankfurt. Era composto por marxistas como Max Horkheimer, Theodor Adorno, Walter Benjamin e Jürgen Habermas. O Instituto tinha como objetivo precípua desenvolver uma teoria social crítica, de análise e interpretação da realidade social existente.

dominação existentes nas sociedades industriais avançadas e que o faz se confrontar com o fenômeno da reificação.

O foco do debate realizado por Marcuse é a caracterização da sociedade industrial avançada como a sociedade tecnológica, do artificialismo e da racionalidade institucional. Na realidade o autor analisa como a sociedade industrial torna-se uma sociedade irracional como um todo, na medida em que para ele, as aptidões intelectuais e materiais dessa sociedade são incomensuravelmente maiores, mas também o é a dominação exercida da sociedade sobre o indivíduo.

Para Marcuse, a tecnologia, é entendida como modo de produção, como a totalidade dos instrumentos, de dispositivos e de invenções. É, pois, uma forma de organizar e modificar as relações sociais, reproduzindo, dessa forma, a manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes. Enfim, trata-se de um verdadeiro instrumento de controle e dominação. E isso ocorre em razão da organização do aparato industrial, voltado totalmente para a satisfação das necessidades crescentes dos indivíduos. Em outras palavras, significa dizer que, a crescente produtividade de mercadorias e serviços traz consigo atitudes e hábitos prescritos, que procuram mobilizar a sociedade em seu todo, com a promessa utópica do ócio, do entretenimento e lazer organizados. Nas palavras de Marcuse “a tecnologia serve para instituir formas novas, mais eficazes e mais agradáveis de controle social e coesão social” (MARCUSE, 1979, p. 18).

Para Marcuse a expressão “totalitária”, não serve apenas para caracterizar o sistema terrorista de governo, mas para definir o sistema específico de produção e distribuição em massa. Neste caso, o Estado do Bem-Estar Social seria responsável pelo sistema totalitário de dominação, submetendo o homem a uma completa alienação.

Para o autor o homem deixa de contestar este sistema capitalista de consumo e, por conta disso a autonomia da razão<sup>9</sup> encontra seu túmulo

<sup>9</sup> A sociedade industrial avançada transforma todo progresso científico e técnico em instrumento de dominação. Quanto mais a tecnologia cria as condições para pacificação, mais a mente e o corpo do homem são organizados contra essa alternativa. É a contradição interna desta civilização: o elemento irracional de sua racionalidade.

no sistema de controle, produção e consumo padronizado. Logo, tem-se um brutal controle sobre as consciências humanas que subordinam sua espontaneidade à sabedoria anônima que ordenou tudo.

Essa subordinação absoluta das consciências encontra seu substrato primeiro no que ele considera *integração dos oponentes*, ou seja, das duas grandes classes que se defrontam na sociedade: a burguesia e o proletariado. Para ele “o desenvolvimento do capitalismo alterou a estrutura e a função dessas duas classes de tal modo que elas não mais parecem ser agentes de transformação histórica” (MARCUSE, 1979, p. 16).

A consequência direta disso é “que os direitos e liberdades individuais, fatores vitais na origem da sociedade industrial, perdem o sentido e conteúdo tradicionais” (MARCUSE, 1979, p. 23), pois, uma vez institucionalizados compartilham do mesmo destino da sociedade integradora, ou seja, a liberdade individual, na sociedade tecnológica, torna-se, sobretudo, uma liberdade de morte, de ausência de valores, alienação do indivíduo e degradação social.

Assim, a alienação torna-se inteiramente objetiva. Surge um padrão de pensamento e comportamento unidimensionais, no qual as ideias, as aspirações e os objetivos são redefinidos pela racionalidade do sistema.

Ao mesmo tempo, Marcuse nos fala das possibilidades de uma autodeterminação, “desde que as massas tenham sido dissolvidas em indivíduos libertos de toda a propaganda, doutrinação, manipulação” (MARCUSE, 1979, p. 230), ou seja, diz respeito à necessidade de um “sujeito histórico essencialmente novo”. Em outras palavras, o autor está se referindo a uma possível superação das formas supostamente “tradicionais”, e para tanto, o autor localiza as bases dessa superação da alienação “nos párias e estranhos, nos explorados e perseguidos de outras raças e de outras crenças, os desempregados e os não-empregáveis. [...] sua existência é a mais imediata e a mais real necessidade de por fim as condições e instituições intoleráveis” (MARCUSE, 1979, p. 235).

Para o autor a “Grande Recusa” passa a ser sinônimo de emancipação, ou seja, uma recusa absoluta do sistema de vida estabelecido

que devesse ocorrer através de manifestações revolucionárias lideradas pelos setores acima mencionados (aqui se referindo aos negros, migrantes e estudantes) e não pelo povo. Para Marcuse, o povo que outrora exerceu um papel importante na transformação social, transformou-se em elemento de coesão social já que foi inserido no sistema do aparato tecnológico e ficou supostamente destituído de qualquer forma tradicional de protesto.

As colocações de Marcuse revelam, pois, uma ultraradicalização da teoria da alienação, muito mais do que em Goldmann. Seu pensamento é marcado por um agudo pessimismo, que por mais que seja capaz de considerar problemáticas extremamente pertinentes para o entendimento da reificação nas sociedades capitalistas desenvolvidas o faz sobre um quadro extremamente problemático das potencialidades e possibilidades dos sujeitos sociais, no sentido de tomarem consciência de sua vivência reificada. Ao mesmo tempo, ao apontar o princípio da autodeterminação como uma possível saída coloca-nos uma saída igualmente problemática: a indeterminação da classe como propulsora do processo revolucionário.

Aproximando-nos agora da década de 1980, nos deparamos com as formulações de Fredric Jameson, que confrontado pelo pós-modernismo vai defender a tese de que o cultural, mais precisamente o pós-modernismo, é a lógica cultural do capitalismo tardio. Essencialmente, suas análises estão centradas em desvelar as formas que a alienação assume neste período e qual sua relação com o padrão de acumulação capitalista.

Diferentemente do que pensam, os autores, que acreditam numa sociedade pós-industrial, para Jameson o momento atual não é de uma ruptura ou constituição de uma ordem social totalmente nova. Ao contrário para este autor o capitalismo tardio representa a continuidade dentro da ordem do capital. Nestes termos, para esse autor o momento contemporâneo deve ser analisado tanto no que diz respeito a dimensão econômica, que em sua obra é definido como o terceiro estágio do capitalismo cujos requisitos básicos estavam dados no final da segunda guerra mundial, como também pela dimensão cultural que sofre efetivos impactos das grandes

transformações sociais e psicológicas ocorridas nos anos 1960.

Dessa forma, o pós-modernismo não deve ser entendido como um estilo, mas como uma dominante cultural. E por quê? Porque para Jameson a produção cultural foi assimilada pela produção de mercadorias em geral de tal modo que a inovação e a experimentação estéticas passaram a ter uma função estrutural essencial diante da necessidade frenética de produzir uma infinidade cada vez maior de novos bens com uma aparência igualmente cada vez mais nova. Dessa forma, a cultura mais do que nunca passou a ser uma esfera central do processo de reprodução social, invadindo e recobrando todos os espaços da socialidade.

Assim, o que o autor pretende sustentar é que a expansão do capital não apenas atingiu a dimensão cultural, mas as imagens, representações e as formas culturais se tornaram uma área de atuação determinante para o mercado capitalista. Por outro lado, para a realização desse movimento o capital teve que converter a esfera cultural plenamente em mercadoria. Problemática é a conclusão a que o autor chega a partir deste entendimento. Para ele, há como que uma certa positivação “da prodigiosa expansão da cultura por todo o domínio do social” (JAMESON, 2002, p. 74).

Assim, para Jameson, todos esses elementos levam ao desaparecimento do sujeito individual e de seu estilo pessoal. Engendra-se uma nova sensibilidade marcada pela intensidade emocional, coroada pelo advento do *pastiche*, uma colagem de estilos passados, inteiramente descompromissada com qualquer perspectiva no sentido de questionar, criticar ou superar a atual ordem. Assim, nesta obra Jameson mapeia as expressões do fenômeno da reificação cuja ideia de uma pós-modernidade é o seu corolário.

### Considerações Finais

A exposição feita até aqui evidencia que o ponto comum entre os autores abordados é a recorrência a categorias marxistas para a compreensão da realidade, particularmente o fenômeno da reificação que Lukács expõe na obra *História e Consciência de Classe* conceituou como reificação. Contudo, as respostas formuladas pelos autores abordados anteriormente



em seus respectivos momentos e contextos históricos, redundaram em fortes limitações. Posto que, ao se confrontarem com seu tempo histórico não conseguem apreender a totalidade das questões que atravessam o fenômeno da reificação e, desse modo, não conseguem elaborar analiticamente a sua própria superação.

No caso de Goldmann e Marcuse verifica-se num forte *pessimismo frente à reificação*. Entendemos que este pessimismo não pode ser hipotecado pelo fato de suas formulações terem como substratos o referencial marxiano e a teoria da reificação de Lukács, pois, como vimos este substrato reverbera uma alternativa diferenciada para o problema. No caso de Jameson, não podemos falar de um pessimismo, mas de um *(des)norreamento* frente ao fenômeno da reificação. Como podemos então explicar esse movimento?

Em primeiro lugar pensamos que *a conjuntura histórica exerceu um forte peso nas elaborações destes autores e de suas respectivas considerações acerca da reificação*.

Os textos de Goldmann e Marcuse são produzidos numa época subsequente ao segundo pós-guerra, a partir do qual se tinha, de um lado, uma euforia com os rumos desenvolvimentistas e que marca as sociedades ocidentais de um forte individualismo e que promove o consumismo cujos alicerces estavam fincados no brutal imperialismo frente aos países do chamado “Terceiro Mundo”. De outro lado, o quadro sociocultural vê a ascensão e derrocada do nazismo na Alemanha e o surgimento da chamada “Guerra Fria”, protagonizada pelos EUA e pela URSS.

Marcuse vivencia esse quadro sintomaticamente, na medida em que em 1933 foi exilado nos Estados Unidos da América em razão da perseguição nazista aos judeus, prestando nesta época, serviços ao governo americano, em especial aos órgãos de informação relacionados à Segunda Guerra Mundial e ao Departamento de Estado.

Jameson, por sua vez diferente de Marcuse e Goldmann é legatário, do maio de 68, da crise e derrocada do socialismo real, da intensificação dos processos de exploração do capital e do aparecimento de novas facetas de alienação e reificação da vida social.

Contudo, entendemos que o elemento conjuntural mostra apenas um prisma da questão e podemos fazer a seguinte pergunta: por que

a existência da URSS e do movimento operário - que fomentavam diversas experiências socialistas e de reação ao imperialismo - não se pôs, para estes pensadores, como contratendências efetivas presentes na realidade? Realizamos essa indagação na medida em que mesmo ao se debruçarem analiticamente sobre o fenômeno da reificação em seu tempo, nenhum destes autores apontou analiticamente uma força social capaz de romper com a reprodução ampliada desta forma de alienação.

Neste caso, nosso segundo argumento é no sentido de que *há também uma determinação da orientação política desses autores sobre as suas elaborações teóricas*. Ou seja, não há nestes pensadores uma crença real na potencialidade do proletariado de alavancar o processo revolucionário. Isto foi fortemente cimentado, na luta e nos referenciais desses pensadores, pela experiência histórica do stalinismo. A stalinização<sup>10</sup> da Revolução na Rússia e sua posterior influência político-partidária contribuíram sobremaneira, para a descrença destes intelectuais acerca da possibilidade revolucionária do proletariado e dos partidos comunistas como vanguarda deste movimento. E isto os coloca numa perspectiva diferente daquela defendida por Lukács, que vivenciou este processo a partir de dentro da experiência comunista.

Em 1961 Goldmann<sup>11</sup>, por exemplo, explicita claramente seu abandono, de esperança na reação operária à reificação:

O proletariado ocidental, longe de permanecer estranho à sociedade reificada e de se opor a ela enquanto força revolucionária, ao contrário, está em grande medida integrado e sua ação sindical, política, ao invés de revolucionar essa sociedade substituindo-a por um mundo socialista, permitiu-lhe assegurar-se um lugar relativamente melhor do que previsto

<sup>10</sup> Processo historicamente decorrente da instauração, da autocracia stalinista, na URSS encarnada num poder de Estado que é transferido do plano sociopolítico para o campo da cultura. Dessa forma, a III Internacional funciona assim, como uma correia de transmissão entre o partido russo e os seus congêneres.

<sup>11</sup> A experiência histórica de Goldmann é fortemente marcada pelo Partido Comunista Francês que era fortemente stalinizado. Esta marca aparece fortemente na medida em que este autor mesmo tendo feito frente com neste partido nunca pertenceu aos seus quadros.

pelas análises de Marx (GOLDMANN apud FREDERICO, 2006, p.98).

Para pensarmos em Marcuse, basta lembrarmos que nos EUA a falsa integração absoluta do proletariado também foi conseguida por forte repressão aos comunistas (macarthismo) e ao movimento operário. Em contrapartida, na sociedade americana deste período havia um forte movimento pelos direitos civis e contra a discriminação racial, manifestações da contracultura<sup>12</sup>. Por isso como vimos à alternativa apresentada por esse autor tem como referencial os “excluídos” do processo social que sequer serão agentes de transformação. Ao mesmo tempo, do ponto de vista da experiência histórica do socialismo realmente existente, Marcuse<sup>13</sup>, assim como Adorno e Horkheimer, sempre visualizou tal experiência como totalitária; o que significa que mesmo tendo considerado o importante papel da Revolução na Rússia na derrota do fascismo, não deixou de considerá-la opressora do ponto de vista dos indivíduos.

No caso de Jameson, esta ausência de orientação política fica evidente quando este autor levanta todas as problemáticas, mas não consegue dar uma direção às questões que ele mesmo postula. Como o próprio autor afirma, sua posição do pós-moderno, “pode ser traduzida ou transcodificada em uma narrativa na qual, agentes de todos os tamanhos e dimensões estão em ação” (JAMESON, 2002, p. 404-405). Ou seja, para o autor há numa grande diversidade de conclusões práticas e recomendações políticas que poderiam ser tiradas dessas descrições.

Assim, as duas hipóteses que balizam o nosso entendimento (*o peso da conjuntura e a orientação política*) e que aqui defendemos, não tira de foco os problemas presentes nas análises dos autores aqui abordados. Mas deixa claro que há uma prioridade ontológica do objeto sobre o

sujeito no processo de conhecimento e de que a teoria, ontologicamente pensada, é sempre a tradução racional do complexo processo real. Ao mesmo tempo, as problemáticas da intelectualidade de esquerda em atualizar o debate revolucionário dizem respeito, tanto às derrotas do trabalho que têm significado a consolidação do capital em nível superior, assim como as resistências dos trabalhadores, que cada vez mais assumem posturas ora localizadas, ora reformistas.

Resta-nos perguntar sobre o papel da intelectualidade na atualidade. O que pensar sobre os intelectuais que parecem apartados e indiferentes aos fenômenos sociais e políticos em curso, no marco da sociedade burguesa?

Alguns “críticos” podem se defrontar com esta interrogação apontando para um modo de ser dos movimentos que hoje tomam a cena pública na sociedade e que demandam “novas interpretações” (Movimentos antiglobalização, mobilização por redes, manifestações internacionais contra a invasão do Iraque etc.). Contudo, e segundo nossa perspectiva, mesmo não desconsiderando a importância histórica desses movimentos no sentido de fazer frente à indiferença reinante, a ausência de uma instância que unifique as lutas, coloca a potencialidade destes mesmos movimentos em franca limitação de seus propósitos. E isso é tanto mais necessário como parece “impossível”. Ou seja, nunca como hoje precisamos de uma força organizativa dos trabalhadores capaz de articular todas as formas de contestação ao sistema capitalista, articulando assim as opressões singulares ou particulares a um processo mais universalizante que ainda hoje está sob os ditames do capital e a exploração do trabalho.

Percebe-se que a sociedade atual está manifestando sucessivas crises e instabilidades, fornecendo-nos uma visão pouco racional da vida. Ao mesmo tempo o capitalismo apresenta-se como um sistema caótico e incontrolável: crises e instabilidades estas que parecem ausentes nas análises de muitos teóricos que procuram entender a realidade atual. Tudo isto afeta a vida dos indivíduos e as subjetividades, e cria-se no âmbito das relações sociais um sentimento de que não é mais possível ter nenhum controle e nem apresentar nenhuma alternativa que rompa

<sup>12</sup> Entendemos que estas observações não explicam completamente o caso da sociedade americana. Temos clareza de outras mediações, que neste momento não temos condições de desenvolver. Contudo, os elementos que sinalizamos apontam algumas chaves que neste momento dão sustentação as nossas análises.

<sup>13</sup> No que diz respeito à experiência Cubana e Chinesa, Marcuse foi um entusiasta das duas até o momento em que o Partido Comunista se afirmou nestas experiências, como força dirigente. Contudo, em nenhum momento deixou de se solidarizar com estas experiências.

efetivamente com a lógica do sistema capitalista. Neste sentido, as alternativas são cada vez mais isoladas e atomizadas. Percebe-se, por exemplo, que a religião ganhou terreno nas últimas décadas, o que a coloca como opção de sociabilidade e de “universabilidade”, embora se possa questionar este tipo de “universabilidade” almejada.

Dessa forma, tal como expresso por Marx: *não basta que o pensamento tenda pra realidade é preciso que a realidade tenda para o pensamento* na tentativa de estabelecer a devida relação de reciprocidade entre a teoria e a prática. Em outras palavras, quando as contradições encontram-se obscurecidas por processos reificados e reificantes, é difícil ao analista apresentar alternativa. Contudo, como a realidade está prenhe de contradições em algum momento, estas mesmas contradições, chegam à consciência daqueles analistas comprometidos com a transformação revolucionária (leia-se revolução proletária) da sociedade, cabendo a estes potencializar do ponto de vista teórico a ruptura com os processos reificantes.

## Referências

- FREDERICO, Celso. **Sociologia da Cultura**: Lucien Goldmann e os debates do século XX, São Paulo: Cortez, 2006.
- GENTILI, Pablo; SADER, Emir. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado Democrático, 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- GOLDMANN, Lucien. **Sociologia do Romance**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 5. ed., São Paulo: Loyola, 1992.
- HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991), 1. reimp, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUSSON, Michael. **Miséria do Capital** – uma crítica do neoliberalismo. Lisboa: Terramar, 1999.
- JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. 2. Ed. São Paulo: Ática, 2002.
- LUKÁCS, György. **História e Consciência de Classe**: estudos sobre a dialética marxista, São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARCUSE, Hebert. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MARX, Karl e Engels, Friedric. O Manifesto do Partido Comunista. In: **Coleção Leitura**, 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, V. I 8.ed. São Paulo: Difel, 1980.
- MÉZSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- \_\_\_\_\_. BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica, São Paulo: Cortez (Biblioteca Básica de Serviço Social V.01), 2006.
- SCHAFF, Adam. **La alienación como fenómeno social**, Barcelona: Critica (tradução de nossa autoria), 1979.
- TEIXEIRA, Francisco José Soares. O Capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política. **Crítica Marxista**, n. 10, São Paulo: Boitempo, 2000.